

A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA

Políticas Públicas

Alcides Gussi - Prof. Dr. do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas - UFC - agussi@uol.com.br

Claricio dos Santos Filho - Coordenador de Estudos e Pesquisas do BNB / ETENE – claricio@bnb.gov.br

Gláucia Furtado Brasil de Almeida - Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas - UFC –
gluciafb@bnb.gov.br

Resumo

Esta pesquisa avalia a contribuição do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil, para a emergência, consolidação e ampliação da experiência de manejo de Fundo Rotativo Solidário para financiamento da Rede Bodega, uma organização de empreendimentos de economia solidária que se estende por diversos territórios litorâneos e serranos do estado do Ceará. Recuperando a metodologia dos Fundos Rotativos, que são práticas culturais de poupança de proximidades das comunidades nordestinas, o PAPPS aplica recursos não reembolsáveis no custeio, investimento e capacitação em projetos comunitários. As escolhas e decisões de alocação são de responsabilidade de um Comitê Gestor, constituído por representantes dos empreendimentos e entidades de apoio, que implementam as ações do Programa nas comunidades. Os dados preliminares indicam que o PAPPS tem contribuído para o fortalecimento institucional da Rede Bodega, especificamente no aprendizado da autogestão e nos processos de organização, produção e comercialização.

Palavras-chave: Política pública de finanças solidárias; Fundo rotativo solidário, Rede Bodega; Região Nordeste.

1. Introdução

A emergência do movimento social da economia solidária na década de 90 no Brasil ocorre com o sentido de um movimento propositivo no campo da geração do emprego, trabalho e renda, mas conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e a do trabalho associado. O que distingue a economia solidária é a posse e uso dos meios de produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos, e a repartição dos resultados entre seus associados.

Consoante suas características e especificidades, o movimento da economia solidária passa a demandar sistemas específicos de finanças para canalizar o fomentoⁱ das suas redes de empreendimentos, mobilizando tanto as entidades governamentais, quanto as organizações não governamentais (Ong's).

Para Paul Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária,

a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar)

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



marginalizados do mercado de trabalho. Reúne o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2003).

No campo governamental, e especificamente para a Região Nordeste, uma série de articulações ocorreram entre 2003 e 2004 envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento, a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), uma instituição financeira regional do Governo Federalⁱⁱ. O objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da economia solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste.

O PAPPS resgata como metodologia, a prática dos Fundos Rotativos, uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste baseada dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade presentes também nos movimentos associativos. As escolhas e decisões de alocação dos Fundos Rotativos são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e entidades de apoio, que implementam as ações do Programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista. É com este desenho que o PAPPS fomenta desde 2008, o Fundo Rotativo Solidário da Rede Bodega.

Embora os grupos produtivos sejam anteriores, a Rede Bodega iniciou a sua estruturação em 2004, com assistência técnica da Cáritas Brasileira Regional Ceará, reunindo empreendimentos nos territórios e entornos de Fortaleza, Aracati, Tianguá e Limoeiro do Norte, nas seguintes entidades cooperativas: Bodega Nordeste Vivo e Solidário, Budega do Povo, Budegama e Arcos. Hoje, são em torno de 50 grupos produtivos produzindo horta orgânica, quintal produtivo, pequenos animais, mel, artesanato, mudas nativas e frutíferas, benecimento de frutas, que aplicaram em torno de R\$ 120 mil em investimento e custeio oriundos do PAPPS.

Neste artigo, com dados ainda exploratórios, está em discussão o processo de avaliação desta política pública, cuja especificidade é a incidência nas relações sociais de comunidades tradicionais, por conta da metodologia de gestão social compartilhada de recursos públicos. Entre as questões que emergem está exatamente a possibilidade de

ressignificação destas identidades tradicionais *vis a vis* a introdução da dinâmica das políticas públicas: por exemplo, a gestão social do FRS pode fortalecer ou obstaculizar o conjunto de relações sociais da comunidade, inclusive do ponto de vista do gênero e étnico-racial. Uma outra questão relevante é a contribuição efetiva do PAPPS/FRS para novas configurações territoriais, do ponto de vista da geração do emprego e da renda, da agroecologia e do meio ambiente. Nas seções seguintes, sistematizamos os principais avanços desta pesquisa.

2. Aspectos teóricos-metodológicos

A avaliação que está sendo proposta é de cunho etnográfico, o que permitirá a apreensão das representações, a visão de mundo e a perspectiva dos atores envolvidos na gestão dos Fundos Rotativos. Ou seja, realizar uma “descrição densa” na qual se consideram os diferentes significados que os atores acionam publicamente por meio de uma interpretação da estrutura desses significados, que torna compreensível a ação social nos seus distintos contextos, ressaltando que a “descrição densa” articula-se ao conceito hermenêutico de cultura de Geertz (1978).

Neste sentido, são três os lugares da fala sobre o PAPPS: um deles, é a perspectiva dos portavozes das fontes de financiamento BNB e SENAES/MTE e do Comitê Gestor Nacional, com base nas atas de suas reuniões e nos relatórios de visitas técnicas às comunidades contempladas. Outra fonte de informação é a escassa literatura sobre os fundos rotativos solidários, onde destacamos Duque (2002, 2003 a, b; 2007, 2008, 2009); Gonçalves (2009, 2010 a e b); Heck (2006); Ibase/Cordel (2007); Mota (2009b); Santos Filho (2009a e b; 2010a, b, c) e Schmidt-Rahmer (2010a e b), em meio à uma diversidade maior de trabalhos sobre finanças solidárias e, ainda mais ampla, sobre economia solidária, conforme listamos ao final de nossa comunicação. E, a terceira fonte de reflexão, são os dados de campo coletados em entrevistas dos pesquisadores aos grupos produtivos da Rede Bodega, em diferentes ocasiões durante o ano de 2010 e 2011. A estes dados, juntam-se os relatórios de acompanhamento e monitoração da execução do Projeto PAPPS elaborados pelas entidades que constituem o Comitê Gestor Local.

A expectativa é que o acompanhamento, a avaliação e o debate sobre a experiência do PAPPS serão tanto mais profícuos, quanto mais forem capazes de apontar e qualificar as possibilidades do Programa em aportar inovações permanentes nas formas de financiamento das redes de economia solidária.

3. Economia Solidária e Finanças Solidária nas políticas públicas

No quadro das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização exercitando a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, demonstrando à sociedade que existem outras possibilidades, ou experiências alternativas que rompem com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI, 2003).

Especificamente a autogestão, diferente da gestão praticada na economia de mercado, exige um esforço adicional por parte dos trabalhadores que formam a empresa solidária, pois além de cumprir as tarefas inerentes ao cargo que ocupa, têm que se preocupar com os problemas gerais da empresa. Na gestão social, tudo que acontece é levado ao conhecimento e submetido à aprovação do grupo.

Entretanto, historicamente, as políticas de crédito foram informadas pela racionalidade microeconômica empresarial voltada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente, e a maximização da confiança entre aquele que tomava e o que ofertava os recursos financeiros. Essas tecnologias visavam minimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas dos empreendimentos e conduta moral e ética dos gestores, isto é, o risco moral (*moral hazard*) de postulantes ao crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981).

Os anos 1990 demarcam um divisor de águas das políticas de crédito: como uma alternativa ao *moral hazard* ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas as tecnologias baseadas na **gestão social** do crédito, onde as relações de proximidade próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais, são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito.ⁱⁱⁱ

Podemos mencionar, nessa direção, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) nos anos 1990, com forte protagonismo do movimento sindical dos trabalhadores rurais e a implementação de programas governamentais e não governamentais de microfinanças solidárias, como microcrédito, a exemplo do CrediAmigo, gerido pelo Banco do Nordeste, e os bancos comunitários e moedas sociais, cujo exemplo emblemático é o Banco Palmas, no Ceará.

Esta abordagem incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com elementos estruturadores do crédito, na perspectiva que a dinâmica de interação social entre os atores eliminem o risco moral e a

informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inseridas nas redes, possibilitam o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços, enquanto construções sociais. E, coordenando estes processos interativos, valoriza as formas de coordenação e governança territoriais, que pode ser tanto uma associação ou cooperativa de agricultores familiares, uma ONG, ou agência de desenvolvimento local. Estava então configurado o nascente “campo” de finanças solidárias, com a marca ainda incipiente da responsabilidade do coletivo, principalmente lastreada pelo instrumento de aval solidário, já apontando para uma gestão social do crédito produtivo.

Para o século XXI, apontando no sentido de um desenho mais voltado para a “democracia econômica” (DOWBOR, 2008) e adaptado ao perfil das atividades produtivas de pequeno porte, lentamente, os movimentos sociais foram acumulando experiências, conhecimentos e força política para influenciarem a formulação de políticas públicas de crédito. Ou seja, no sentido da construção de programas e políticas adequados à economia da cultura dos mais pobres de trabalhar, produzir e sobreviver comunitariamente.

O campo das finanças solidárias foi se constituindo a partir de um intenso debate pautado por uma diversidade de agentes, desde trabalhadores, gestores de políticas públicas e de entidades de apoio e fomento. É fato que a diversidade foi a marca dos encontros realizados até meados dos anos 2000. Eventos como o Seminário Internacional de Microfinanças^{iv}, reuniam no mesmo espaço experiências apoiadas pelo CrediAmigo, do Banco do Nordeste, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidades da Cooperação Internacional e os diversos “experimentos” vinculados aos movimentos sociais rurais e urbanos, como o Sistema de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (Sistema Ecosol), criado com apoio da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT e o Sistema de Crédito Solidário para Agricultura Familiar (CRESOL), na região Sul do país.

A partir do encontro e da troca de experiências, os empreendimentos e entidades de apoio optaram pela denominação de “finanças solidárias”, um modo de nomear e atribuir identidade na estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiências de Fundos Rotativos Solidários (FRS), Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários^v. Portanto, tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham anseios e sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao que foi batizado por “finanças solidárias”, como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “microfinança”.

Na I Conferência Nacional de Finanças Solidárias^{vi}, pode-se observar que o campo passa por intensas modificações com vistas à sua consolidação e visibilidade pública, assim como ocorre com os demais segmentos que compõem o que se convencionou chamar de economia popular solidária, economia social, ou economia solidária. Em se tratando das relações entre indivíduos e instituições públicas e privadas que se articulam com vistas à institucionalização das finanças solidárias, trazem consigo a tentativa de síntese entre movimentos sociais de caráter “reivindicatório” e “propositivo”, principalmente porque entra em cena a captação de recursos para a efetivação das ações no setor (PAIVA, 2006)

4. Breve trajetória do PAPPS e a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários

Logo após a posse do Governo Lula, no Banco do Nordeste, foram abertos canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil fora marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes^{vii}. Em 2003, o Banco apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), uma experiência de autogestão dos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco, um emblemático empreendimento da Economia Solidária no Nordeste.

Em abril 2005, foi lançada pelo Banco, em parceria com a SENAES e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública de apoio a projetos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, por meio de carta-convite. Outros “Avisos” para toda Região Nordeste ocorreram em janeiro/2008 e julho/2010 e, especificamente para a Bahia, foi lançado um “Aviso” em junho de 2011.

Os recursos são de caráter não reembolsáveis, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), formado com parcela de lucro do Banco do Nordeste. A outra fonte é da própria SENAES. Conforme Tabela 01, nas duas primeiras chamadas foram contemplados 50 projetos, somando R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R\$ 2,5 milhões da SENAES. No Aviso de julho/2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo um total de R\$ 6,3 milhões de recursos. Com o recente edital de R\$ 1 milhão para a Bahia, somados a outras contratações, a expectativa é ultrapassar os R\$ 8 milhões, distribuídos em mais de 85 projetos. A Bahia, Ceará e Pernambuco concentram 61% das aplicações, de acordo com o informe técnico do BNB/Etene.

| Tabela 01 - PAPPS - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO - 2005 A 2011(*) | | | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|---------------------|---------------|--------------|---------------------|--------------|
| UF | de 2005 a 2009 | | Ano 2010 | | Ano 2011 (*) | | 2005 Ano 2011 | | | |
| | Qtd | Valor (R\$) | Qtd | Valor (R\$) | Qtd | Valor (R\$) | Qtd | % | Valor (R\$) | % |
| BA | 6 | 589.850,00 | 2 | 231.750,00 | 11 | 1.119.745,00 | 19 | 22,6 | 1.941.345,00 | 24,0 |
| CE | 10 | 989.003,00 | 3 | 279.990,00 | 4 | 340.222,00 | 17 | 20,2 | 1.609.215,00 | 19,9 |
| PE | 10 | 1.012.395,00 | 2 | 237.650,00 | 2 | 116.295,15 | 14 | 16,7 | 1.366.340,15 | 16,9 |
| MG | 6 | 572.195,00 | 2 | 160.000,00 | 1 | 120.000,00 | 9 | 10,7 | 852.195,00 | 10,5 |
| PB | 6 | 477.913,00 | 2 | 157.524,78 | 1 | 119.141,32 | 9 | 10,7 | 754.579,10 | 9,3 |
| MA | 4 | 393.228,00 | 1 | 120.000,00 | 0 | 0,00 | 5 | 6,0 | 513.228,00 | 6,3 |
| SE | 3 | 335.000,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 3 | 3,6 | 335.000,00 | 4,1 |
| AL | 2 | 170.000,00 | 1 | 120.000,00 | 0 | 0,00 | 3 | 3,6 | 290.000,00 | 3,6 |
| PI | 2 | 200.000,00 | 1 | 65.250,00 | 0 | 0,00 | 3 | 3,6 | 265.250,00 | 3,3 |
| RN | 1 | 70.000,00 | 1 | 100.247,85 | 0 | 0,00 | 2 | 2,4 | 170.247,85 | 2,1 |
| TOTAL | 50 | 4.809.585,00 | 15 | 1.472.412,63 | 19 | 1.815.403,47 | 84 | 100,0 | 8.097.401,10 | 100,0 |

Fonte: BNB/ETENE (julho/2011)

(*) Estimativa preliminar de contratação para 2011.

Por meio dos fundos rotativos solidários investem-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Entre os projetos apoiados pelo PAPPS desde 2008, está o Fundo Rotativo Solidário da Rede Bodega, que passamos a analisar.

5. Fundo Rotativo Solidário Rede Bodega: olhares etnográficos

Sob os princípios da economia solidária, foi iniciada em 2004 a Rede Bodega com a participação de 13 grupos, e hoje são 50 grupos associados estabelecidos em 13 municípios das regiões do Baixo Médio Jaguaribe, Litoral e região serrana do Tianguá, Limoeiro do Norte e Sobral. A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é COOPSOL – Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária, estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela COOPA – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda, estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza e a Arcos, sediada em Sobral e recém criada.

Importa ressaltar os eixos essenciais da Rede Bodega: primeiro, é um movimento de ressignificação da prática comunitária das bodegas no Nordeste, em cujos primórdios estão os princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade. Neste sentido, em um segundo eixo, estão as funções da Rede Bodega, de servir de referências para a comercialização justa e solidária, organizar os processos de produção e beneficiamento, e mobilizar recursos de créditos para produção, comercialização e consumo. Consequentemente, o terceiro eixo, é a composição social do trabalho associado na Rede Bodega de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, artesanato, pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos alimentícios, artesanatos diversos e prestação de serviços.

Neste formato, a Rede acessou o crédito público na seleção do PAPPS de 2008. O projeto “Rede Bodega: Construindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária” foi contemplado com recursos na ordem de R\$ 119.829,00 para cumprir o objetivo de fomentar as ações de produção e comercialização dos grupos e comunidades acompanhados por meio de Fundos Rotativos Solidários vinculados a Rede Bodega: Bodega Nordeste Vivo e Solidário, Bodega do Povo e Budegama, com vistas à consolidação das práticas de Economia Popular Solidária no Estado do Ceará, no período de agosto de 2008 a julho de 2010.

O projeto foi elaborado coletivamente, mas proposto e conveniado pela entidade Cáritas Brasileira Regional Ceará, tendo como sujeitos a serem apoiados os grupos associados às Bodegas: grupos produtivos, associações, assentamentos, unidades familiares; diretorias e conselhos gestores das Bodegas; comissões e/ou grupos de trabalho de autogestão dos Fundos Solidários e, grupos produtivos acompanhados pela Cáritas e parceiros.

Para o acesso aos recursos, os grupos produtivos elaboraram planos de trabalho da sua atividade com descrição de finalidades, orçamentos e prazos de execução e compromissos devolutivos. Assim, foram formados os seguintes Fundos:

Fundo Rotativo Solidário de Produção: aplicado nas compras de insumos, equipamentos e matéria-prima, sendo 100 % retornável;

Fundo Fixo de Apoio à Produção: aplicado para aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística;

Fundo Rotativo Solidário de Apoio à Comercialização: recursos destinados para comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos

associados que depositam a produção, variando entre 30 e 50 % do valor das mercadorias, sendo 100 % retornáveis.

Fundo Fixo de Apoio à Comercialização: destinado para aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização.

As devoluções previstas mediante planejamentos e acordos assumidos pelos produtores foram depositadas em contas correntes bancárias específicas, possibilitando novos acessos pelos mesmos, ou por novos produtores e grupos nas mesmas modalidades e critérios propostos na constituição inicial dos Fundos para produção e comercialização, contribuindo, por conseguinte para a rotatividade, sustentabilidade, autogestão e autonomia da Rede Bodega.

Para a gestão social do projeto foi constituída uma Comissão Gestora do Projeto Rede Bodega, composta de representantes das Bodegas e Rede Cáritas, que fez o acompanhamento, monitoramento das ações. Em cada Bodega foi replicada uma Comissão Gestora, composta por grupos associados, representantes da Diretoria e de entidades parceiras, com realização de reuniões mensais e bimensais. Neste âmbito, aconteceram as escolhas de novos investimentos e a inclusão de novos grupos produtivos. Além das Comissões, as Bodegas foram co-responsáveis, a partir dos próprios grupos, pela autogestão mediante suas assembléias ordinárias, Conselho Gestor, Conselho Administrativo e as Comissões de Fundos Solidários.

Além de tudo isso, as trocas de experiências entre as bodegas possibilitam um aprendizado de forma compartilhada a partir da metodologia PMAS-Planejamento, Monitoração, Avaliação e Sistematização, promovendo a dinamização da gestão dos Fundos Rotativos Solidários, mediante uma relação de maior proximidade, amizade, parceria, confiança e construção coletiva.

A metodologia PMAS consiste em planejar a partir de um diagnóstico dos principais problemas e dificuldades, buscando sua solução. A prática se dá mediante oficinas de elaboração de projetos, reunindo as necessidades e as propostas das diferentes Bodegas, de acordo com suas realidades. Os dados colhidos nessa construção são sistematizados, formando o Plano Operativo Anual, de onde sairão as ações e projetos a serem encaminhados na busca de recursos.

Esta dinâmica foi fundamental nos resultados e impactos alcançados pela Rede, onde se pode destacar:

na produção, comercialização e consumo solidário: aquisição de novos equipamentos, favorecendo a adoção de novas tecnologias apropriadas ao sistema produtivo dos grupos associados, e processos de comercialização pelas Bodegas; comercialização da produção na própria comunidade e aumento do consumo dos produtos das Bodegas, entre outros;

nos Fundos e Finanças Solidárias: as devoluções do Fundo Rotativo de produção possibilitaram a BUDEGAMA atender a nove novos projetos com valor total de R\$ 12.763,00 para novas aquisições de máquinas de costura, feita a partir de compra coletiva, garantindo um maior desconto no preço final dos equipamentos.

na formação, articulação e intercâmbios: os intercâmbios em Santa Maria-RS, possibilitaram diálogos com novas parcerias e redes de comercialização solidária, dentre estes com o Instituto Marista de Solidariedade-IMS, a Rede Xique Xique, a Rede Justa Trama, a rede Eco Vida, iniciando uma relação de proximidade e continuidade a partir de reuniões de trabalho, trocas de produtos e de informações;

Em resumo, indícios apontam que o projeto Rede Bodega permitiu ampliar e consolidar as experiências das Bodegas como espaços fixos de comercialização coletiva e autogestionária, à medida em que contribuiu com alternativas de sustentabilidade, a partir do exercício feito pelos diferentes sujeitos – grupos integrantes da Rede Bodega e entidades de apoio – na implementação de ações concretas vinculadas à construção de instrumentais, dinamização e autogestão dos Fundos de Produção e de Comercialização Solidária. Abriu espaços para novos grupos solidário estarem comercializando seus produtos e fortaleceu a parceria entre as demais Bodegas da rede. Possibilita, ainda, pensar, refletir e construir planejamentos e processos de organização, produção, comercialização, formação com o conjunto das Bodegas, fortalecendo as relações, diálogos e os laços que unem em torno de uma nova perspectiva de economia popular que favoreça a geração e o aumento da renda dos grupos produtores/as, a segurança alimentar, a autoestima das famílias, a prática de agricultura familiar que adote novas tecnologias que contribuam para a preservação da vida, da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, motivando-os (as) para uma maior criatividade dentro do próprio processo de produção, participação e interação coletiva.

6. Apontamentos sobre as experiências dos Grupos Produtivos Solidários

6.1 COAPSOL, em Aracati

A COAPSOL - Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária, com o nome de fantasia Bodega Nordeste Vivo e Solidário, está instalada no município de Aracati-Ce, distante 160km de Fortaleza, é constituída por agricultores/as familiares e artesãos/as. Atualmente é composta por 58 grupos de produção, envolvendo 295 famílias de 36 comunidades de 13 municípios. Conta com dois espaços físicos, um em Aracati e outro na Prainha do Canto Verde, utilizados para a comercialização de produtos artesanais, higiene pessoal, confecções, alimentícios e agroecológicos, além de realizar feiras livres e de saberes e sabores.

Participam grupos populares que se organizam de forma alternativa, para oferecer a população outro modelo de mercado, um mercado solidário, trabalhando a partilha, a inclusão social, a distribuição de renda e na valorização da pessoa e elevação da auto-estima. Neste contexto o objetivo principal da Cooperativa é, por meio da Economia Solidária, fortalecer a visão e a ação cooperativista com a comercialização em rede, visando o crescimento e a qualificação dos produtos e dos/as cooperados/as para o mercado solidário.

Antes da COAPSOL o que existia era uma Associação, construída a partir da necessidade dos produtores e produtoras de comercializar os trabalhos elaborados nas comunidades. O foco dera agricultura e o artesanato, depois foi agregada a Rede Tucum-Turismo Comunitário. Em 2007 a Associação se transformou em Cooperativa – COAPSOL- ocasião em que foram criados o Comitê Gestor, formado por dois representantes de cada grupo associado e o Comitê Administrativo, por um representante de cada grupo. A comissão gestora é constituída com representações da Rede Bodega e da Rede Cáritas, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Pastoral Social de Tianguá e Secretariado Regional de Cáritas

Os grupos cooperados são acompanhados pelos parceiros que colaboram fornecendo assistência técnica, mobilização e captação de recursos e normalmente são Organizações Não Governamentais e todas com assento no Conselho Administrativo. Afora isso existe um grupo para cuidar dos projetos apresentados para financiamento, conhecido como Comissão dos Fundos Solidários, representado tanto pelo Conselho Gestor como pelo Conselho Administrativo.

A Comissão dos Fundos Solidários analisa os projetos que chegam para serem financiados. Os critérios para ter direito ao fundo são: estar associado e produzir segundo os critérios da Economia Solidária (produção coletiva, respeito ao meio-ambiente, solidariedade). A Comissão de Fundos Solidários se reúne com o Conselho Administrativo

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



trimestralmente, a fim de analisar a aprovar propostas de financiamento à produção. Para o valor máximo de R\$ 700,00 as prestações são pagas em 12 meses, com dois meses de carência e pagas em valores mensais de R\$ 75,00 que, em 10 meses representam R\$ 750,00. Para a compra de máquinas e equipamentos de produção o prazo de carência varia de seis meses a um ano.

Na cooperativa, as decisões são tomadas coletivamente em assembleia do Conselho Gestor e encaminhadas ao Conselho Administrativo para executar as ações. Na dinâmica das atividades são construídos os valores de igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e à vida, garantindo, assim, autonomia, melhoria na renda e segurança alimentar e resgate da auto-estima das famílias.

Já são mais de 140 itens comercializados na Bodega Nordeste Vivo e Solidário e distribuídos nas outras três Bodegas: Budegama, de Fortaleza, Bodega do Povo, em Tianguá e Arcos, de Sobral. Os principais produtos comercializados são mel, licor, queijo, galinha caipira, multimistura, e produtos artesanais: confecções de cama, mesa e banho, roupas de praia, camisas, conjuntos de roupas, blusas, shortes, bonecas. A comercialização participativa é feita diretamente ao consumidor com preço “justo”, já acrescida uma taxa de 12% a fim de garantir um fundo para a sustentabilidade da Bodega.

Os ganhos dos associados são feito mediante prestação de contas, de acordo com a produção recebida na Bodega. Para cada produto comercializado o próprio produtor estipula o preço, sabendo que 12% da venda fica para o fundo fixo da Bodega. Assim, se um produto é entregue por R\$ 10,00, o produtor receberá pela venda a quantia de R\$ 8,80, e R\$ 1,20 ficará para o fundo fixo da Bodega.

Como forma de divulgar os produtos da Bodega Nordeste Vivo e Solidário, foi criado, em setembro de 2010, o Café da Roça, espaço para a venda de café, tapioca, bolo, leite etc. como forma de atrair o cliente para visitar a loja e melhorar as vendas. Anualmente, é realizada a Feira Solidária, em frente à Bodega, com barracas armadas pelos produtores associados. Nesse dia há intensa movimentação com venda de artesanato, comidas típicas e festas culturais: feita de sabores e saberes.

Em um primeiro estudo exploratório, mediante entrevista realizada com a cooperada e hoje articuladora e responsável pela COAPSOL, foi revelado que antes as pessoas produziam isoladamente e sem possibilidade de venda, depois, com a ideia da Associação, surgida em 2004, nasceu uma nova perspectiva: a de comercialização dos produtos. O que chamou a atenção de algumas associadas para participar foi a proposta e os princípios apresentados de

organizar um espaço de comercialização em que haveria uma gestão diferenciada, organizada com base na confiança entre as pessoas.

Para algumas associadas, os maridos apóiam, principalmente quando eles também participam de movimentos sociais. Para outras, os maridos preferiam que ficassem em casa. Mas todas são unânimes: passaram a ser mais valorizada em casa, por estar trabalhando e exercendo sua autonomia.

Um obstáculo, segundo algumas associadas é que a COAPSOL ainda não é totalmente autossustentável, daí porque a forma de ganho ainda continua sendo pelo grupo que produz e comercializa. A avaliação geral é que a COAPSOL é um espaço de aprendizagem, onde se constrói o coletivo, espaço para a convivência, a autogestão, em que a confiança é básica para a produção e comercialização entre os grupos e entre os que a gerenciam. O fato é que a Bodega Nordeste Vivo e Solidário é hoje espaço de referência para os produtores.

6.2 Associação das Mulheres em Ação – Budegama

A Associação das Mulheres em Ação, que reúne 22 mulheres da Região Metropolitana de Fortaleza e bairros circunvizinhos, foi fundada em 1999, portanto uma experiência de 12 anos, iniciada a partir de um projeto de Alfabetização de Adultos, apoiado pela Cáritas Arquidiocesana. A AMA, ou BUDEGAMA, como é conhecida, nasceu de um sonho antigo de melhorar a renda das pessoas e da mobilização de um número pequeno de mulheres, dispostas a mudar o rumo de suas vidas. A amizade e a confiança entre essas mulheres continua sendo o diferencial e o essencial para chegar onde chegou e vislumbrar o crescimento que está por vir, baseado no sonho de viver em um mundo melhor e mais justo.

O início, mais difícil, começou com a produção e a comercialização de confecções em espaço cedido por uma das associadas, que ofereceu a sala de sua casa para a venda dos produtos, em 1999. Em 2008, obteve recursos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (Fundos Rotativos Solidários), repassados pelo Banco do Nordeste, mediante apresentação de projeto e nesse mesmo ano, conseguiu alugar um espaço para abrigar a loja para comercialização dos produtos, em uma das principais avenidas do bairro. Também, em 2008, começou a fazer parte da Rede Bodega, trabalho coordenado pela Cáritas Arquidiocesana, como também teve início a articulação com as Bodegas de Aracati e Tianguá, e mais recentemente com a Arcos, de Sobral, estabelecendo a troca de mercadoria entre o que é produzido pelas quatro bodegas que fazem parte da rede.

A Budegama possui um fundo fixo que possibilita as associadas adquirir máquinas para o trabalho de produção e assim desenvolver as atividades voltadas para a produção de artesanato (bonecas, bordado etc) e confecção. A Associação trabalha com dois tipos de fundos: o rotativo que circula para a produção e comercialização dos produtos e o fixo, que antecipa a quem produz, até 50% do valor da mercadoria entregue. O Comitê Gestor é formado por três mulheres, composta da seguinte forma: uma presidente, outra vice-presidente, uma tesoureira.

Como a Associação é fruto de um curso de Alfabetização de Adultos, o ensino e aprendizagem têm lugar especial na vida dessas mulheres que buscam à noite, complementar os estudos, bem como discutir, em reuniões mensais, assuntos ligados à economia solidária, movimento social, redes de troca, troca de saber e intercâmbio com outros grupos produtivos solidários, feiras solidárias locais, regionais, nacionais, bem como fazem parte da Comissão Arquidiocesana de Fortaleza de Economia Solidária e da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, além de realizarem oficinas temáticas sobre Gênero, Violência Doméstica.

Quanto às dificuldades relatadas pelas gestoras, uma delas é produção, ainda pequena, de peças para comercialização, comprometendo a participação e exposição de produtos em feiras solidárias. Mas segundos elas, as dificuldades são bem poucas em relação a autonomia conquistada.

7. Fundo Rotativos Solidários Rede Bodega e os dilemas da gestão social dos recursos públicos: considerações finais

7.1 Sobre a gestão comunitária dos Fundos Rotativos

O Fundo Rotativo da Rede Bodega permitiu ampliar e consolidar as experiências das Bodegas como espaços físicos de comercialização coletiva e autogestionária, à medida em que contribuiu com alternativas de sustentabilidade, a partir do exercício feito pelos sujeitos – grupos integrantes da Rede Bodega e entidades de apoio – e favoreceu o pensar, levando-os a planejar os processos da gestão, da produção, da comercialização.

Nesse sentido, a Rede Bodega é hoje referência de comercialização solidária no Estado do Ceará e, por extensão, representa a reafirmação da economia solidária enquanto proposta diferenciada de sustentabilidade na comunidade e regiões onde as Bodegas estão localizadas.

Entretanto, nota-se ainda a fraca integração com o mercado, seja pela inconstância do volume de produção, seja baixa agregação de valor ao produto; a articulação institucional ainda é insuficiente, na medida que recursos requeridos ainda são insuficiente, exigindo

maiores esforços dos participantes. Isto fica muito claro na organização e participação em feiras de intercâmbio de produtos, que para funcionar exige a participação de muitos parceiros; e, conseqüentemente, ocorrem descontinuidade das ações, que é o lado sombrio da falta de parceiros tradicionais, pois as redes mais densas ainda estão por se construir.

7.2 Sobre a racionalidade burocrática x utopia comunitária

O grande desafio do fomento aos Fundos Rotativos Solidários, no caso do PAPPS, tem sido compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar do movimento da economia solidária referenciada na utopia da inclusão de afetos que as relações cooperativas propiciam, quando confrontada com as normas e regramentos impessoais exigidas pela racionalidade weberiana, que é posta pela adesão à uma política pública.

A exemplo disto, cita-se o desconhecimento das exigências da legislação e normativos, especialmente as leis que regem convênios, a exemplo da Lei 8.666 e IN 01/97, que exigem concorrências e licitações para gastos acima de certos valores. O desconhecimento das exigências legais afeta as prestações de contas principalmente em termos de comprovação de despesas, a saber: notas fiscais, carimbos, movimentação bancária, procedimentos licitatórios, formulários, etc.);

Esses dados da realidade suscitam muitas reflexões, pois, pensando com o esquema analítico de Boaventura de Sousa Santos (2009), há uma tensão entre “regulação” e “emancipação” na qual o pilar da regulação (leia-se o Estado) tende a sugar as energias emancipatórias das experiências, burocratizando-as. Isto é, para além da rima, é importante notar que “regulação” e “emancipação” vinculam-se de uma forma extremamente complexa, pois ao mesmo tempo em que se constituem em “pilares” distintos de funcionamento do tripé Estado-Sociedade-Mercado, estão fortemente imbricados e, no caso do fomento aos Fundos Rotativos, corporificados na tensão entre o “auto-financiamento” e a dependência de repasses de fundos públicos.

7.3 Sobre a atualização de sujeitos e (re) significados

Este elenco de observações empíricas inspira ilações no campo analítico que se espera relevantes para a correta compreensão do que se passa nas experiências locais, de maneira a replicá-las com maior previsibilidade. Os Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, em tese, praticam a auto-gestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta, em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição

desse fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, seja na cidade, seja no campo, onde o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega” ou ainda cria seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto.

Para além do crédito não reembolsável ao banco destinado à essas comunidades, o foco central dos Fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda. Em seu desenho e metodologia o papel atribuído aos Fundos não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico onde a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade.

Desta forma, os resultados e impactos do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários deverão ser examinados não só na melhoria das condições de vida das pessoas nas comunidades, mas principalmente deverão ser examinadas as incidências das ações do Programa sobre as relações de solidariedades e a própria sociabilidade na comunidade. Portanto, a questão central é de que forma os FRS vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e a natureza nas suas comunidades ?

Em busca de pistas, pelo menos quatro eixos fundamentais deverão ser analisados, seja para experiências na cidade ou no campo: fortalecimento da organização produtiva, das tecnologias e demais saberes tradicionais; autonomia política em relação às práticas clientelistas locais; desenvolvimento de novas relações homem-natureza condizentes com a proposta de convivência com o semi-árido, e ressignificações em suas identidades tradicionais.

Finalizando, trata-se de um conjunto de indagações que nos remetem à problemática central que são as ligações complexas entre tradição e mudança social e entre estrutura e ação social, a partir da mercantilização e monetarização da vida social. Certamente, esta investigação contribuirá para apontar caminhos para a continuidade (ou não !) do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários.

8. Referências Bibliográficas

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Programa de apoio a projetos produtivos solidários. Fortaleza: BNB, 2006.

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto M. Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003

DOWBOR, Ladislav – Democracia Econômica – alternativas de gestão social – Ed. Vozes, Petrópolis, 2008, 214 p.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M. S.L. . Relatório de Síntese da Avaliação dos Fundos Rotativos de Cisternas, Patos, 2003a, 25 p.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. A contribuição dos Fundos Rotativos para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido. XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Aracaju/Se, 2003b.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14/04/2007, 10 p.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14/04/2007, 10 p.

DUQUE, Ghislaine. Experiências de crédito alternativo para a agricultura familiar: caminhos de solidariedade e cidadania. V Simpósio latinoamericano sobre investigação e extensão em sistemas agropecuários. Florianópolis. CD sessão temática 4, 2002.

DUQUE, Ghislaine. A articulação do semi-árido brasileiro. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semi-árido. UFPB: Campus Campina Grande, 2008, 23p.

DUQUE, Ghislaine. Fundos rotativos solidários e capital social. Notas preliminares. 5p. Disponível:<<http://www.ufcg.edu.br>>. Consulta em 18.mar.2009.

DUQUE, Ghislaine. A articulação do semi-árido brasileiro. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semi-árido. UFPB: Campus Campina Grande, 2008, 23p.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 143-159

GONÇALVES, A. F. e SANTOS FILHO, C. Os Fundos Rotativos Solidários e a Agro- ecologia: mediações culturais em comunidades camponesas no Nordeste brasileiro. Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 11/2010.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em Economia Solidária. Campinas: Editora do CMU/Artescrita, 2009a.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Economia da dádiva e os Fundos Rotativos Solidários: reciprocidade e mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. Projeto de pesquisa/CNPq, UFPB, 2009b.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública, UFPB; João Pessoa-PB, 2010a.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Cultura, Gestão Social e Finanças Solidárias. In. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010b;

HECK, Selvino. Fundos solidários/rotativos. Apoio a projetos produtivos solidários. Brasília, 2006. 2p. Disponível em www.fbes.org.br. Acesso em: 18.mar.2009HECK, Selvino

IBASE/CORDEL Sistematização das experiências dos Fundos Solidários no âmbito do Convênio BNB/Senaes-MTE. Relatório Final. Rio de Janeiro/Recife/Fortaleza, 2007.

MOTA, José Rubens Dutra. Políticas Públicas e Economia Solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, 2009. 56p.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. Mulheres, trabalho e cidadania: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão - a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Fortaleza: UFC, 2006. 200p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



SANTOS FILHO, Claricio. O Banco do Nordeste e as boas idéias para o desenvolvimento regional. In: Boas Idéias em Comunicação: o que os outros não dizem. Adital/BNB, Fortaleza-CE, 2009.

SANTOS FILHO, Claricio. O Banco do Nordeste e as boas idéias para o desenvolvimento regional. In: Boas Idéias em Comunicação: o que os outros não dizem. Adital/BNB, Fortaleza-CE, 2009.

SANTOS FILHO, Claricio. Fundos Rotativos Solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010.

SANTOS FILHO, Claricio. Fundos Rotativos Solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010.

SCHMIDT-RAHMER, Barbara (Org). Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais – Caderno 2: experiências de Fundos Solidários. Fundação Esquel/Banco do Nordeste do Brasil, Brasília/Fortaleza, 2010b.

SCHMIDT-RAHMER, Barbara (Org.). Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais – Caderno 1: mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários. Fundação Esquel/Banco do Nordeste do Brasil, Brasília/Fortaleza, 2010a.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOSA SANTOS, Boaventura de. Crítica da Razão Indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Ed, 2009.

STIGLITZ, Joseph E., WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information in The American Economic Review, vol. 71, n.º 3, jun/1981, pp393-410.

Notas:

i Utilizamos o termo fomento para designar uma atividade do Estado de estímulo, incremento, incentivo de atividade particular que seja de interesse público, sem coação para o seu exercício, já que nascida no seio da sociedade. O fomento econômico funciona com outorga de vantagens patrimoniais aos particulares mediante benefícios reais (prestação ou dação de coisas ou serviços da Administração aos particulares) ou financeiros (transferência direta ou indireta de pecúnia através de privação de receita). Os convênios, contratos de gestão e termos de parceria são instrumentos de fomento econômico. <http://direito-e-justica.blogspot.com/2009/06/fomento-publico.html>

ii O BNB é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A missão do Banco é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

iii A propósito, nunca é demais lembrar que ainda na década de 1970, o Grameen Bank fundou esta estratégia em Bangladesh nas ações com o microcrédito (YUNNUS, 2004). Neste sentido, utilizamos a noção de gestão social tendo como referência o sentido que lhe é atribuído por GENAUTO FRANÇA FILHO (2007), ou seja, “um modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretendam, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal” (pg. 5). Ressalta ainda FRANÇA FILHO (idem:3) que, “o termo gestão social vêm sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através de das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo”. V. ainda DOWBOR (1999).

ivEvento realizado no Sebrae/Ce, em setembro de 2002, cujo tema central foi “As melhores práticas na busca da auto-suficiência”.

vComo já anunciado anteriormente, para consecução dos objetivos a que nos propusemos nesta comunicação, trataremos, especificamente, das experiências de Fundos Rotativos Solidários e Moedas Sociais circulantes locais, implantadas por meio dos Bancos Comunitários. Embora tenhamos conhecimento acerca de algumas

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



experiências de Cooperativas de Crédito Solidário no país, trazer o tema demandaria um fôlego maior do ponto de vista de um levantamento histórico e conceitual difícil de ser operado em um número limitado de páginas.

viOcorrida no BNB Passaré, no período de 03 a 05 de maio de 2010, e que definiu as propostas para serem apreciadas na II Conferência Nacional da Economia Solidária, em Brasília, em junho de 2010.

viiConforme apontou MOTA (2009), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o “Farol do Desenvolvimento” e o CrediAmigo, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o PNUD atua para revigorar as parcerias regionais, e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejuçuoca-Ce e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba-Pe